

❧ **Tiago Retes** ❧

Convenções processuais sobre recursos

Prefácio:
Prof. Dr. Antonio do Passo Cabral

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Tiago Augusto Leite Retes

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R437c

Retes, Tiago Augusto Leite.

Convenções processuais sobre recursos / Tiago Augusto
Leite Retes. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
212 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 181-195.

ISBN 978-85-519-1165-5

1. Direito processual. 2. Processo civil. 3. Direito à liber-
dade. 4. Negócio jurídico processual. 5. Recurso. I. Título.

CDD 347

44751

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XIII
1 Introdução	1
2 Tipologia dos fatos processuais	5
2.1 Conceito de ato (fato) jurídico processual	5
2.2 Classificação dos fatos processuais em sentido amplo	9
2.2.1 Fatos jurídicos “stricto sensu” processuais	12
2.2.2 Atos-fatos jurídicos processuais.....	13
2.2.3 Atos jurídicos “stricto sensu” processuais.....	14
2.2.4 Negócios jurídicos processuais.....	15
3 Convenção processual como resultado do Processo Civil Contemporâneo	17
3.1 A evolução do processo civil: do liberalismo ao publicismo processual	17
3.2 Influxo da autonomia da vontade no processo civil: as convenções processuais e a experiência francesa	21
3.3 As convenções processuais no direito processual civil brasileiro	26
3.3.1 A tradicional negativa à admissão das convenções processuais no Brasil.....	26
3.3.2 A aceitação das convenções processuais no Brasil	28
3.4 Benefícios e vantagens das convenções processuais	32
4 Limites às convenções processuais	37
4.1 Teorias sobre os limites à liberdade de contratar	39
4.1.1 Teorias limitativas à autonomia da vontade no direito civil	42
4.1.2 Teorias limitativas à autonomia da vontade no direito processual.....	50
4.2 Novas balizas para o entendimento dos limites às convenções processuais.....	57

4.2.1 Pressupostos e requisitos de validade e eficácia das convenções processuais	66
4.2.1.1 Capacidade dos contratantes	67
4.2.1.2 Licitude, possibilidade e determinabilidade do objeto	70
4.2.1.3 Forma	81
4.2.1.4 Consentimento livre e informado: ausência de vulnerabilidade lesiva.....	83
4.2.1.5 Direitos que admitem autocomposição.....	92
4.2.1.6 Não geração de externalidades Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.....	97
4.2.2 Renúncia prévia a direitos processuais	98
4.2.3 Núcleo duro de princípios processuais.....	104
4.2.3.1 Contraditório.....	108
4.2.3.2 Cooperação	113
4.2.3.3 Duração razoável do processo	116
4.2.3.4 Boa-fé processual objetiva	120
4.2.3.5 Fundamentação racional das decisões.....	126
4.2.3.6 Sistemática de precedentes.....	132
4.2.3.7 Publicidade dos atos processuais.....	139
4.2.3.8 Princípios que expressamente não o integram	143
4.3 Conclusão do capítulo 4.....	144
5 Limites na sistemática recursal.....	149
5.1 Irrecorribilidade decisória	151
5.2 Efeito suspensivo da apelação contra sentença (ou suspensão da eficácia imediata da sentença).....	161
5.3 Depósito recursal e negócios jurídicos processuais sobre pressupostos de admissibilidade	167
6 Conclusão.....	175
Referências	181